



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 531, DE 2010

(Dos Srs. Flávio Dino, Daniel Almeida e outros)

Altera dispositivos constitucionais para prever o recebimento pelas centrais sindicais da arrecadação oriunda de parcela das contribuições sindicais.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Art. 1º O artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º.

IV – a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva e da central sindical a que o sindicato estiver associado, independentemente da contribuição prevista em lei;

.....” (NR)

Art. 2º O artigo 149 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido de um §5º com a seguinte redação:

“Art. 149.

§5º. As contribuições de interesse das categorias profissionais poderão ser destinadas às centrais sindicais que as congreguem, nos termos e percentuais fixados em lei” (NR)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As centrais sindicais se inseriram no contexto político nacional de forma a constituir um novo paradigma de atuação sindical no Brasil, rompendo amarras trazidas pelo critério organizacional vigente, que, centrado no conceito de *categoria*, traz algumas defasagens¹. Sua natureza, portanto, lhes permite agregar diversas categorias funcionais sob um princípio de solidariedade sindical que proporciona, por um lado, o fortalecimento da atuação dos sindicatos na representação de categorias

¹ Talvez o principal exemplo do déficit explicativo desse modelo seja a questão dos terceirizados, que, embora exerçam atividades passíveis de enquadramento em diversas outras categorias, acabam sendo enquadrados na categoria de "prestadores de serviço". Esta, bastante genérica, dificulta a atuação sindical por incluir no mesmo âmbito trabalhadores que exercem as mais diversas atividades (segurança, limpeza, serviços de copa) e, portanto, apresentam interesses diversificados.

mais específicas e, por outro, a atuação conjunta na luta pela garantia de direitos e pela concretização de interesses mais amplos e, muitas vezes, comuns a toda a classe trabalhadora², independentemente de interesses específicos, que podem até mesmo fragmentar os movimentos sindicais, de forma a enfraquecê-los.

Obviamente, não se trata de suplantando o modelo sindical vigente ou de negar a grande importância da atuação dos sindicatos, federações e confederações. Trata-se, na verdade, de mais uma ferramenta de luta para os trabalhadores, que só veio a somar aos instrumentos já consolidados. Endossa essa opinião, por exemplo, o professor Amauri Mascaro Nascimento, para quem *o movimento sindical de cúpula sente a natural necessidade de mobilização, de ação conjunta, na defesa de interesses que não são apenas de uma categoria. Para que esse objetivo possa ser alcançado, não bastam as confederações; é preciso um órgão acima delas, coordenando-as*³.

Não à toa, a representatividade das centrais sindicais no Brasil é bastante significativa, evidenciando ainda mais sua relevância. Dados do Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT), do Ministério do Trabalho e Emprego⁴, mostram que 5974 (64,45%) sindicatos de trabalhadores são filiados a centrais.

Diante da importância e do alcance da atuação dessas entidades, é inevitável que necessitem de verbas para manter seu nível e expandir sua qualidade. Para tanto, constitui importante fonte de receitas a contribuição sindical. Por isso, a Lei 11.648, de 31 de março de 2008, não só veio a reconhecer formalmente as centrais sindicais, como as tornou credoras de 10% do produto arrecadado pela contribuição sindical dos empregados.

Entretanto, no ano de 2008, o partido Democratas ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4067) para declarar inconstitucionais dispositivos da referida Lei Federal, entre os quais os que se referem ao crédito a que as centrais passaram a fazer jus. Como fundamento, o autor da ação afirmou que o artigo 149 da Constituição Federal restringe a contribuição sindical ao âmbito de interesse das

² A consciência de classe unitária na atuação político-sindical dos trabalhadores lhes permite atuar de forma mais coesa e fortalecida em diversos assuntos de interesse geral do proletariado, como, por exemplo, na demanda de redução da jornada regular de trabalho para 40h semanais.

³ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Direito Sindical**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991, p. 142.

⁴ Verificados em 24 de novembro de 2010 no endereço eletrônico http://www2.mte.gov.br/central_sindical/estatisticas.asp#.

categorias profissionais, este entendido de forma restrita e, portanto, excluindo a atuação das centrais sindicais. Argumentou-se, ainda, que o artigo 8º, IV, ao prever a contribuição sindical, é específico e não prevê o benefício às centrais. *In verbis*:

Cumpre, de outra parte, assinalar que os tributos têm como principal função o custeio do Estado. Sua destinação a entidades não-estatais constitui excepcionalidade, que deve estar expressamente contemplada no texto constitucional. É o que ocorre, por exemplo, com os próprios sindicatos, em que a Constituição explicitamente admite que recebam recursos oriundos da contribuição, nos termos do art. 8º, IV, *in fine*.

Embora ainda não tenha sido concluído o julgamento da ADI 4067, em sessão de julgamento de 24 de junho de 2009, alguns ministros do Supremo Tribunal Federal já tiveram a oportunidade de apresentar suas opiniões e, até o momento, a maioria demonstrou simpatia à tese de que as centrais sindicais não devem fazer jus ao crédito estabelecido pela Lei 11.648. É caso dos Ministros Joaquim Barbosa (relator), Ricardo Lewandowski e Cezar Peluso. Posicionaram-se contrariamente apenas a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Marco Aurélio. Assim, embora a Lei 11.648 tenha sido um grande avanço para o sistema sindical brasileiro, tememos que dispositivos importantes para o custeio da atividade desenvolvida pelas centrais sindicais sejam declarados inconstitucionais, derrubando, assim, relevantes conquistas para a nossa democracia.

Apresentamos, então, esta Proposta de Emenda à Constituição para que a importância dessas entidades seja reconhecida pelo texto constitucional, cuja defasagem nesse aspecto deu ensejo a interpretações como a exposta na ADI 4067. Fazemos questão de ressaltar que discordamos de tais interpretações literais e restritivas, mas – visando afastar definitivamente a controvérsia e conferir segurança jurídica às centrais sindicais – consideramos ser útil a presente proposição.

Ante o exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2010.

Deputado Flávio Dino
PCdoB/MA

Deputado Daniel Almeida
PCdoB/BA

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Proposição: PEC 0531/10

Autor da Proposição: FLÁVIO DINO E OUTROS

Data de Apresentação: 15/12/2010

Ementa: Altera dispositivos constitucionais para prever o recebimento pelas centrais sindicais da arrecadação oriunda de parcela das contribuições sindicais.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas 189

Não Conferem 004

Fora do Exercício 000

Repetidas 026

Ilegíveis 000

Retiradas 000

Total 219

Assinaturas Confirmadas

- 1 ABELARDO CAMARINHA PSB SP
- 2 ADEMIR CAMILO PDT MG
- 3 AELTON FREITAS PR MG
- 4 ALCENI GUERRA DEM PR
- 5 ALEX CANZIANI PTB PR
- 6 ALEXANDRE SILVEIRA PPS MG
- 7 ANDRE VARGAS PT PR
- 8 ANGELO VANHONI PT PR
- 9 ANÍBAL GOMES PMDB CE
- 10 ANN PONTES PMDB PA
- 11 ANSELMO DE JESUS PT RO
- 12 ANTÔNIO ANDRADE PMDB MG
- 13 ANTONIO BULHÕES PRB SP
- 14 ANTÔNIO CARLOS BIFFI PT MS
- 15 ANTONIO JOSÉ MEDEIROS PT PI
- 16 ANTÔNIO ROBERTO PV MG
- 17 ARNALDO FARIA DE SÁ PTB SP
- 18 ARNON BEZERRA PTB CE
- 19 ASSIS DO COUTO PT PR
- 20 ÁTILA LIRA PSB PI
- 21 AUGUSTO FARIAS PTB AL
- 22 BENEDITO DE LIRA PP AL
- 23 BERNARDO ARISTON PMDB RJ
- 24 BETO FARO PT PA
- 25 BILAC PINTO PR MG
- 26 BRUNO RODRIGUES PSDB PE
- 27 CAPITÃO ASSUMÇÃO PSB ES

28 CARLOS ALBERTO CANUTO PSC AL
29 CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB GO
30 CARLOS MELLES DEM MG
31 CARLOS WILLIAN PTC MG
32 CARLOS ZARATTINI PT SP
33 CELSO MALDANER PMDB SC
34 CHICO ALENCAR PSOL RJ
35 CHICO LOPES PCdoB CE
36 CIDA DIOGO PT RJ
37 COLBERT MARTINS PMDB BA
38 DAGOBERTO PDT MS
39 DAMIÃO FELICIANO PDT PB
40 DANIEL ALMEIDA PCdoB BA
41 DÉCIO LIMA PT SC
42 DEVANIR RIBEIRO PT SP
43 DR. NECHAR PP SP
44 DR. PAULO CÉSAR PR RJ
45 EDGAR MOURY PMDB PE
46 EDINHO BEZ PMDB SC
47 EDIO LOPES PMDB RR
48 EDMILSON VALENTIM PCdoB RJ
49 EDSON SANTOS PT RJ
50 EDUARDO DA FONTE PP PE
51 EDUARDO GOMES PSDB TO
52 EDUARDO LOPES PRB RJ
53 EDUARDO VALVERDE PT RO
54 ELIENE LIMA PP MT
55 ELISEU PADILHA PMDB RS
56 ELISMAR PRADO PT MG
57 EMANUEL FERNANDES PSDB SP
58 EUDES XAVIER PT CE
59 EUGÊNIO RABELO PP CE
60 FELIPE BORNIER PHS RJ
61 FÉLIX MENDONÇA DEM BA
62 FERNANDO CHIARELLI PDT SP
63 FERNANDO CORUJA PPS SC
64 FERNANDO MARRONI PT RS
65 FERNANDO MELO PT AC
66 FERNANDO NASCIMENTO PT PE
67 FLÁVIO BEZERRA PRB CE
68 FLÁVIO DINO PCdoB MA
69 FRANCISCO RODRIGUES DEM RR
70 FRANCISCO TENORIO PMN AL
71 GERALDO PUDIM PR RJ
72 GERALDO SIMÕES PT BA
73 GERSON PERES PP PA

74 GILMAR MACHADO PT MG
75 GIOVANNI QUEIROZ PDT PA
76 GIVALDO CARIMBÃO PSB AL
77 GLADSON CAMELI PP AC
78 GONZAGA PATRIOTA PSB PE
79 GORETE PEREIRA PR CE
80 JAIME MARTINS PR MG
81 JEFFERSON CAMPOS PSB SP
82 JOÃO DADO PDT SP
83 JOÃO MAGALHÃES PMDB MG
84 JOÃO MAIA PR RN
85 JOÃO PAULO CUNHA PT SP
86 JOAQUIM BELTRÃO PMDB AL
87 JOFRAN FREJAT PR DF
88 JORGE KHOURY DEM BA
89 JOSÉ AIRTON CIRILO PT CE
90 JOSÉ CHAVES PTB PE
91 JOSÉ MENTOR PT SP
92 JOSÉ OTÁVIO GERMANO PP RS
93 JOVAIR ARANTES PTB GO
94 JÚLIO CESAR DEM PI
95 JÚLIO DELGADO PSB MG
96 JURANDIL JUAREZ PMDB AP
97 LAEL VARELLA DEM MG
98 LAERTE BESSA PSC DF
99 LEANDRO VILELA PMDB GO
100 LEONARDO MONTEIRO PT MG
101 LEONARDO QUINTÃO PMDB MG
102 LÍDICE DA MATA PSB BA
103 LINCOLN PORTELA PR MG
104 LINDOMAR GARÇON PV RO
105 LUCIANA GENRO PSOL RS
106 LUIZ ALBERTO PT BA
107 LUIZ BASSUMA PV BA
108 LUIZ BITTENCOURT PMDB GO
109 LUIZ CARLOS BUSATO PTB RS
110 LUIZ CARREIRA DEM BA
111 LUIZ COUTO PT PB
112 LUIZ SÉRGIO PT RJ
113 MAGELA PT DF
114 MAJOR FÁBIO DEM PB
115 MANATO PDT ES
116 MANOEL JUNIOR PMDB PB
117 MARCELO CASTRO PMDB PI
118 MARCELO MELO PMDB GO
119 MARCELO ORTIZ PV SP

120 MARCELO SERAFIM PSB AM
121 MÁRCIO FRANÇA PSB SP
122 MARCIO JUNQUEIRA DEM RR
123 MÁRCIO MARINHO PRB BA
124 MARCONDES GADELHA PSC PB
125 MARCOS LIMA PMDB MG
126 MARCOS MEDRADO PDT BA
127 MARIA HELENA PSB RR
128 MARIA LÚCIA CARDOSO PMDB MG
129 MÁRIO DE OLIVEIRA PSC MG
130 MÁRIO HERINGER PDT MG
131 MAURÍCIO QUINTELLA LESSA PR AL
132 MAURO LOPES PMDB MG
133 MAURO NAZIF PSB RO
134 MIGUEL CORRÊA PT MG
135 MILTON MONTI PR SP
136 MOISES AVELINO PMDB TO
137 NEILTON MULIM PR RJ
138 NELSON MARQUEZELLI PTB SP
139 ODAIR CUNHA PT MG
140 OSMAR JÚNIOR PCdoB PI
141 OSMAR SERRAGLIO PMDB PR
142 OSVALDO REIS PMDB TO
143 OTAVIO LEITE PSDB RJ
144 PAES LANDIM PTB PI
145 PAULO HENRIQUE LUSTOSA PMDB CE
146 PAULO PEREIRA DA SILVA PDT SP
147 PAULO PIAU PMDB MG
148 PAULO ROBERTO PEREIRA PTB RS
149 PAULO ROCHA PT PA
150 PEDRO CHAVES PMDB GO
151 PEDRO EUGÊNIO PT PE
152 PEDRO NOVAIS PMDB MA
153 PEDRO WILSON PT GO
154 PEPE VARGAS PT RS
155 POMPEO DE MATTOS PDT RS
156 RAUL JUNGSMANN PPS PE
157 REBECCA GARCIA PP AM
158 REGINALDO LOPES PT MG
159 RIBAMAR ALVES PSB MA
160 RICARDO BERZOINI PT SP
161 ROBERTO ALVES PTB SP
162 ROBERTO BRITTO PP BA
163 ROBERTO SANTIAGO PV SP
164 ROGERIO LISBOA DEM RJ
165 RUBENS OTONI PT GO

166 SABINO CASTELO BRANCO PTB AM
167 SARAIVA FELIPE PMDB MG
168 SEBASTIÃO BALA ROCHA PDT AP
169 SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO PT BA
170 SÉRGIO BRITO PSC BA
171 SÉRGIO MORAES PTB RS
172 SEVERIANO ALVES PMDB BA
173 SILVIO COSTA PTB PE
174 SILVIO LOPES PSDB RJ
175 SILVIO TORRES PSDB SP
176 TADEU FILIPPELLI PMDB DF
177 ULDURICO PINTO PHS BA
178 VALADARES FILHO PSB SE
179 VALTENIR PEREIRA PSB MT
180 VELOSO PMDB BA
181 VICENTINHO ALVES PR TO
182 VIRGÍLIO GUIMARÃES PT MG
183 WELLINGTON FAGUNDES PR MT
184 WILSON BRAGA PMDB PB
185 WOLNEY QUEIROZ PDT PE
186 ZÉ GERALDO PT PA
187 ZÉ GERARDO PMDB CE
188 ZÉ VIEIRA PR MA
189 ZEQUINHA MARINHO PSC PA

Assinaturas que Não Conferem

1 CIRO NOGUEIRA PP PI
2 MARCOS ANTONIO PRB PE
3 MAURÍCIO TRINDADE PR BA
4 VITAL DO RÉGO FILHO PMDB PB

Assinaturas Repetidas

1 ANTÔNIO CARLOS BIFFI PT MS (confirmada)
2 ANTÔNIO ROBERTO PV MG (confirmada)
3 BENEDITO DE LIRA PP AL (confirmada)
4 DAMIÃO FELICIANO PDT PB (confirmada)
5 DANIEL ALMEIDA PCdoB BA (confirmada)
6 DEVANIR RIBEIRO PT SP (confirmada)
7 EDUARDO DA FONTE PP PE (confirmada)
8 EDUARDO LOPES PRB RJ (confirmada)
9 EDUARDO VALVERDE PT RO (confirmada)
10 ELISMAR PRADO PT MG (confirmada)
11 FÉLIX MENDONÇA DEM BA (confirmada)
12 FERNANDO CHIARELLI PDT SP (confirmada)
13 FRANCISCO RODRIGUES DEM RR (confirmada)
14 LINCOLN PORTELA PR MG (confirmada)

- 15 MANATO PDT ES (confirmada)
- 16 MARCELO SERAFIM PSB AM (confirmada)
- 17 MARCOS MEDRADO PDT BA (confirmada)
- 18 MÁRIO HERINGER PDT MG (confirmada)
- 19 OSMAR JÚNIOR PCdoB PI (confirmada)
- 20 PAULO ROBERTO PEREIRA PTB RS (confirmada)
- 21 PAULO ROCHA PT PA (confirmada)
- 22 PAULO ROCHA PT PA (confirmada)
- 23 RICARDO BERZOINI PT SP (confirmada)
- 24 SÉRGIO BRITO PSC BA (confirmada)
- 25 SEVERIANO ALVES PMDB BA (confirmada)
- 26 VALADARES FILHO PSB SE (confirmada)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
--

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....

**TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

.....

**CAPÍTULO II
DOS DIREITOS SOCIAIS**

.....

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;
 VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

.....

TÍTULO VI DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Seção I Dos Princípios Gerais

.....

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União. *(Parágrafo único transformado em § 1º pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001 e com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003)*

§ 2º As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o caput deste artigo: *(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)*

I - não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação; (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

II - incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços; (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001 e com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003)

III - poderão ter alíquotas:

a) *ad valorem*, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro;

b) específica, tendo por base a unidade de medida adotada. (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 3º A pessoa natural destinatária das operações de importação poderá ser equiparada a pessoa jurídica, na forma da lei. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 4º A lei definirá as hipóteses em que as contribuições incidirão uma única vez. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

Art. 149-A Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.

Parágrafo único. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o *caput*, na fatura de consumo de energia elétrica. (Artigo acrescido pela Emenda Constitucional nº 39, de 2002)

Seção II

Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003)

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público;

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º A vedação do inciso III, *b*, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, *c*, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I. [\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)](#)

§ 2º A vedação do inciso VI, *a*, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º As vedações do inciso VI, *a*, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exoneram o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas *b* e *c*, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativas a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, § 2º, XII, *g*. [\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993\)](#)

§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993\)](#)

LEI Nº 11.648, DE 31 DE MARÇO DE 2008

Dispõe sobre o reconhecimento formal dascentrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho- CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A central sindical, entidade de representação geral dos trabalhadores, constituída em âmbito nacional, terá as seguintes atribuições e prerrogativas:

I - coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a ela filiadas; e

II - participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores.

Parágrafo único. Considera-se central sindical, para os efeitos do disposto nesta Lei, a entidade associativa de direito privado composta por organizações sindicais de trabalhadores.

Art. 2º Para o exercício das atribuições e prerrogativas a que se refere o inciso II do caput do art. 1º desta Lei, a central sindical deverá cumprir os seguintes requisitos:

I - filiação de, no mínimo, 100 (cem) sindicatos distribuídos nas 5 (cinco) regiões do País;

II - filiação em pelo menos 3 (três) regiões do País de, no mínimo, 20 (vinte) sindicatos em cada uma;

III - filiação de sindicatos em, no mínimo, 5 (cinco) setores de atividade econômica; e

IV - filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% (sete por cento) do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional.

Parágrafo único. O índice previsto no inciso IV do caput deste artigo será de 5% (cinco por cento) do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional no período de 24 (vinte e quatro) meses a contar da publicação desta Lei.

Art. 3º A indicação pela central sindical de representantes nos fóruns tripartites, conselhos e colegiados de órgãos públicos a que se refere o inciso II do caput do art. 1º desta Lei será em número proporcional ao índice de representatividade previsto no inciso IV do caput do art. 2º desta Lei, salvo acordo entre centrais sindicais.

§ 1º O critério de proporcionalidade, bem como a possibilidade de acordo entre as centrais, previsto no caput deste artigo não poderá prejudicar a participação de outras centrais sindicais que atenderem aos requisitos estabelecidos no art. 2º desta Lei.

§ 2º A aplicação do disposto no caput deste artigo deverá preservar a paridade de representação de trabalhadores e empregadores em qualquer organismo mediante o qual sejam levadas a cabo as consultas.

Art. 4º A aferição dos requisitos de representatividade de que trata o art. 2º desta Lei será realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1º O Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, mediante consulta às centrais sindicais, poderá baixar instruções para disciplinar os procedimentos necessários à aferição dos requisitos de representatividade, bem como para alterá-los com base na análise dos índices de sindicalização dos sindicatos filiados às centrais sindicais.

§ 2º Ato do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego divulgará, anualmente, relação das centrais sindicais que atendem aos requisitos de que trata o art. 2º desta Lei, indicando seus índices de representatividade.

Art. 5º Os arts. 589, 590, 591 e 593 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 589.

I - para os empregadores:

- a) 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente;
- b) 15% (quinze por cento) para a federação;
- c) 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo; e
- d) 20% (vinte por cento) para a 'Conta Especial Emprego e Salário';

II - para os trabalhadores:

- a) 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente;
- b) 10% (dez por cento) para a central sindical;
- c) 15% (quinze por cento) para a federação;
- d) 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo; e
- e) 10% (dez por cento) para a 'Conta Especial Emprego e Salário';

III - (revogado);

IV - (revogado).

§ 1º O sindicato de trabalhadores indicará ao Ministério do Trabalho e Emprego a central sindical a que estiver filiado como beneficiária da respectiva contribuição sindical, para fins de destinação dos créditos previstos neste artigo.

§ 2º A central sindical a que se refere a alínea b do inciso II do caput deste artigo deverá atender aos requisitos de representatividade previstos na legislação específica sobre a matéria." (NR)

"Art. 590. Inexistindo confederação, o percentual previsto no art. 589 desta Consolidação caberá à federação representativa do grupo.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º Não havendo sindicato, nem entidade sindical de grau superior ou central sindical, a contribuição sindical será creditada, integralmente, à 'Conta Especial Emprego e Salário'.

§ 4º Não havendo indicação de central sindical, na forma do § 1º do art. 589 desta Consolidação, os percentuais que lhe caberiam serão destinados à 'Conta Especial Emprego e Salário'." (NR)

"Art. 591. Inexistindo sindicato, os percentuais previstos na alínea c do inciso I e na alínea d do inciso II do caput do art. 589 desta Consolidação serão creditados à federação correspondente à mesma categoria econômica ou profissional.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, os percentuais previstos nas alíneas a e b do inciso I e nas alíneas a e c do inciso II do caput do art. 589 desta Consolidação caberão à confederação." (NR)

"Art. 593. As percentagens atribuídas às entidades sindicais de grau superior e às centrais sindicais serão aplicadas de conformidade com o que dispuserem os respectivos conselhos de representantes ou estatutos.

Parágrafo único. Os recursos destinados às centrais sindicais deverão ser utilizados no custeio das atividades de representação geral dos trabalhadores decorrentes de suas atribuições legais." (NR)

Art. 6º (VETADO)

Art. 7º Os arts. 578 a 610 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, vigorarão até que a lei venha a disciplinar a contribuição negocial, vinculada ao exercício efetivo da negociação coletiva e à aprovação em assembléia geral da categoria.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Tarso Genro
Carlos Lupi

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA PRESIDENTE DO
EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

02
@

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Coordenação de
Processamento Inicial
09/04/2008 16:42 48824



ADI 4067 - 7/800



DEMOCRATAS – DEM, partido político com representação no Congresso Nacional, devidamente registrado no Eg. Tribunal Superior Eleitoral, com sede e foro em Brasília/DF, Senado Federal, Anexo I, 26º andar, vem, respeitosamente, por seu representante judicial devidamente constituído, à presença de Vossa Excelência, propor

**AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE**

com pedido de concessão de medida cautelar inaudita altera pars

com fundamento no art. 103, inciso VIII e 102, inciso I, alíneas "a" e "p", da Constituição Federal e na Lei n.º 9.868, de 10 de Novembro de 1999, contra os arts. 3º e 1º, II, da Lei n. 11.648, de 31 de março de 2008, bem como o art. 589, II, "b", seus §§ 1º e 2º; e o art. 593, da Lei n. 5.452 (CLT), de 1943, com a redação atribuída pela Lei n. 11.648, de 2008, em face das razões e dos fundamentos a seguir expostos:

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO